



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 1802/2019

Assunto: Solicita providências visando à regularização do funcionamento dos "food trucks" no Município.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à regularização do funcionamento dos "food trucks" no Município.

Há alguns anos, os "food trucks" tornaram-se uma tendência em nosso país, sendo uma maneira de fomentar o empreendedorismo, oferecer opções de alimentação saudável, rápida, barata e ainda como uma opção de turismo, com o oferecimento de comidas regionais. Por isso, encaminhamos o presente pedido, juntamente com um pré-projeto de lei, como sugestão.

Desta forma, respeitosamente, acionamos a Administração Municipal e agradecemos por seu empenho para que a situação seja devidamente considerada e atendida.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2019.

DRA. MÁRCIA SANTOS
Vereadora - Líder do PV



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Indicação nº 1802/2019 - DRA. MÁRCIA SANTOS - fls. 2/4

PRÉ-PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a comercialização de alimentos por meio de “food trucks” em vias e áreas públicas do Município de Jacareí e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta lei regulamenta a comercialização de alimentos por meio de “food trucks” e institui normas básicas sobre alimentos.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - “Food Truck”: veículo automotor destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

II - “Food Bike”: veículo de propulsão humana destinado à comercialização de gêneros alimentícios de caráter eventual e de modo estacionário, não possuindo ponto fixo nem mesmo concorrendo com o comércio local de forma permanente.

Art. 3º Não há restrição ao tempo de permanência do “Food Truck” e da “Food Bike” no local de exercício de suas atividades, ressalvado, no que couber, à Legislação Municipal.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo expedir norma regulamentadora sobre o comércio de alimentos em vias e áreas públicas previstos nesta lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Indicação nº 1802/2019 - DRA. MÁRCIA SANTOS - fls. 3/4

Art. 5º Compete ao Poder Executivo regulamentar as especificações técnicas sobre as dimensões e características dos veículos automotores de que trata esta lei, de forma a preservar a segurança no trânsito, a fluidez, ao conforto e à defesa ambiental, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6º Fica o Poder Executivo responsável pela elaboração de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), entendido como normas exigíveis para contenção de incêndio e agravos decorrentes de acidentes envolvendo energia elétrica, gás e outros produtos químicos.

Art. 7º Será concedida permissão de uso para o solicitante cujo veículo esteja: - cadastrado junto ao órgão municipal de Vigilância Sanitária para os equipamentos das categorias A e B; II - devidamente licenciado para o exercício, sem débitos de multas de trânsito vencidas, para os equipamentos da categoria A; III - com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores — IPVA, licenciamento e seguro do trânsito pagos, e com inspeção veicular realizada, para os equipamentos da categoria A.

Art. 8º Todo evento organizado por pessoa jurídica de direito privado que ocorra em vias e áreas públicas ou em área privada de uso comum, com comercialização de alimentos por meio dos equipamentos previstos, deverá ter controle de qualidade, segurança e higiene do alimento.

Art. 9º - O preço público devido pela ocupação da área, a ser pago anualmente, será definido pelo Poder Executivo e terá como base de cálculo o valor do metro quadrado.

Art. 10 O permissionário fica obrigado a:

I - apresentar-se, durante o período de comercialização, munido dos documentos necessários à sua identificação e à de seu comércio, exigência que se aplica também em relação aos prepostos e auxiliares;

II - responder, perante a Administração Municipal, pelos atos praticados por seu preposto e auxiliares quanto à observância das obrigações decorrentes de sua permissão e dos termos dessa lei;

III - pagar o preço público e os demais encargos devidos em razão do exercício da atividade, bem como renovar a permissão no prazo estabelecido;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Indicação nº 1802/2019 - DRA. MÁRCIA SANTOS - fls. 4/4

IV - afixar, em lugar visível e durante todo o período de comercialização, o seu Termo de Permissão de Uso;

V - armazenar, transportar, manipular e comercializar apenas os alimentos constantes do grupo de alimentos a que está autorizado;

VI - manter permanentemente limpa a área ocupada pelo equipamento, bem como o seu entorno, instalando recipientes apropriados para receber o lixo produzido, que deverá ser acondicionado em sacos plásticos resistentes e colocado na calçada, observando-se os horários de coleta, para posterior recolhimento pelo serviço de limpeza pública, bem como cumprir, rigorosamente, no que for aplicável, os dispostos nas Leis vigentes;

VII - coletar e armazenar todos os resíduos líquidos para posterior descarte acordo com a legislação em vigor, vedado o descarte na rede pluvial;

VIII - manter rigorosa higiene pessoal e do vestuário, bem como assim exigir e zelar pela de seus auxiliares e prepostos;

IX - manter o equipamento em perfeito estado de conservação e higiene, providenciando, por sua conta e risco, os concertos que se fizerem necessários; bem como utilizá-lo apenas dentro da validade da vistoria;

X - manter cópia do certificado de realização do curso de boas práticas de manipulação de alimentos, concluído dentro dos últimos 12 meses, pelo permissionário e por seus prepostos e auxiliares, e emitido por instituição de ensino regularmente inscritas no Ministério da Educação ou por técnicos e entidade particulares credenciada junto aos órgãos competentes.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacareí, 15 de agosto de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREÍ